

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1615/2019

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36, com sede na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis- SC, CEP.: 88035-001, por intermédio do Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV/UDESC, Av. Luiz de Camões, 2090, Bairro Conta Dinheiro, Lages - SC, CEP- 88520-000, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, para selecionar proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, Decreto 1.408, de 25 de fevereiro 2013, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Aquisição de gases engarrafados e cilindros para o CAV/UDESC, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações constantes do [Anexo II](#).

Entrega das Propostas e Documentos :	
Proposta e documentos	Dia: / /2019, até às 13h 30min

Credenciamento e Abertura das Propostas:	
Proposta e Habilitação	Dia: / /2019, a partir das 13h 30min

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (PP nº 1615/2019)

site: <http://www.cav.udesc.br> ou <http://www.portaldecompras.sc.gov.br/?lstOrgaos=4522>

e-mail: ciclo@cav.udesc.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

PREGÃO “PRESENCIAL” PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1615/2019

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36, com sede na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis- SC, CEP.: 88035-001, por intermédio do Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV/UDESC, Av. Luiz de Camões, 2090, Bairro Conta Dinheiro, Lages - SC, CEP- 88520-000, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - PP, do tipo MENOR PREÇO, para selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, para **Aquisição de gases engarrafados e cilindros para o CAV/UDESC, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, Decreto 1.408, de 25 de fevereiro 2013, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.ICMs

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Presencial - PP será realizado em sessão pública.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, denominado Pregoeiro.

1.3 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF

1.4 Da realização do certame: Caso o certame não encerrar no mesmo dia da abertura será dada continuidade no(s) dia(s) imediato(s) subsequente(s), até o encerramento do Pregão.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

[Anexo I – Termo de Referência;](#)

[Anexo II – Quadro de Quantitativo;](#)

[Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;](#)

[Anexo IV – Identificação dos Envelopes;](#)

[Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços;](#)

[Anexo VI – Modelo de Autorização de Fornecimento;](#)

[Anexo VII – Relação dos Centros Participantes e Dotações Orçamentárias;](#)

[Anexo VIII – Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição;](#)

[Anexo IX – Declaração comprobatória de enquadramento na microempresa ou empresa de pequeno porte;](#)

[Anexo X – Declaração de cumprimento das condições de habilitação.](#)

2 DA LICITAÇÃO

2.1 Do Objeto

2.1.1 A presente licitação destina-se a selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **Aquisição de gases engarrafados para o CAV/UDESC, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no [Anexo I e II](#) e nas condições previstas neste edital.

2.1.1.10 Órgão Gerenciador (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina), assim como os demais Centros Participantes não se obrigam a adquirir o objeto e as quantidades definidas neste edital.

2.1.1.1.1 As quantidades informadas no [Anexo I e II](#) são estimativas, podendo a Administração contratar o fornecimento de acordo com a sua efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

2.2 Do Convênio ICMS nº 26/03

2.2.1 De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o objeto desta licitação tem o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses, condicionado o desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda.

2.2.2 A comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.2.3 Nos termos do Convênio ICMS 26/03, por se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal **devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.**

2.2.4 Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota, caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.2.5 A isenção supracitada não se aplica, à licitante vencedora, quando:

- a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;
- b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;
- c) Às aquisições de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, conforme decreto nº 3.174, de 15 de abril de 2010, que introduz as alterações 2.294 a 2.307 no RICMS/SC-01 quando efetuadas em estabelecimentos varejistas, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

2.1.5 Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br;

2.3 Não será admitida a participação de:

2.3.1 Empresas em consórcio;

2.3.2 Empresas punidas com impedimento/suspensão do direito de licitar ou contratar com a UDESC, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.3.3 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.3.4 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

2.4 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

2.5 O presente certame não é exclusivo, bem como não possui reserva de cotas para ME e EPP, pelos seguintes motivos:

2.5.1 Em processos licitatórios realizados para aquisição de objeto semelhante não houve o mínimo de fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP e capazes de cumprir as exigências estabelecidas nos certames;

2.5.2. Ainda, devido a referida exclusividade, em processos licitatórios para objeto semelhante, os itens foram cotados por baixo número de licitantes, diminuindo a competitividade no certame, não se mostrando economicamente vantajoso para a Administração;

2.5.3. Assim, a permissão para participação de empresas que não se enquadram na condição de ME ou EPP amplia a competitividade no certame permitindo que a Administração adquira o objeto por um preço mais vantajoso;

2.5.4. A adoção de não favorecimento à ME e EPP fica evidentemente exposto os motivos da sua não vantajosidade econômica e de eficiência para este órgão.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

3.1 São atribuições do Pregoeiro:

- a) A verificação se as licitantes atendem as exigências do edital;
- b) O recebimento dos envelopes das propostas de preços e documentos de habilitação;
- c) O credenciamento dos interessados;
- d) A abertura dos envelopes das propostas de preços e a sua análise e classificação dos licitantes;
- e) O acompanhamento e intervenção, quando necessário, dos procedimentos relativos aos lances;
- f) A análise da documentação de habilitação, da licitante que apresentou o menor preço;
- g) A geração da ata da sessão e ata de registro de preços;
- h) A indicação para registro de preço da proposta da licitante que atendeu aos requisitos de habilitação;

3.2 O recebimento, análise e encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação;

3.3 O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação.

3.4 A definição de parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;

3.5 A definição do tempo para o oferecimento dos lances verbais;

3.6 A permissão para a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outras;

3.7 A suspensão das etapas de lances;

3.8 Adjudicação da proposta de menor preço;

3.9 Alteração do valor mínimo dos lances;

3.10 Interrupção da sessão, temporariamente, para determinar alguma providências administrativas;

3.11 O pregoeiro poderá delegar atribuições à equipe de apoio.

4. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, a licitante interessada ou seu representante deverá identificar-se, e, no caso de representante, este deverá comprovar o credenciamento e os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame, inclusive para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.2 Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:

- a) Cópia do documento de identidade de fé pública, bem como original para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio ou cópia autenticada em cartório (FORA DOS ENVELOPES).

b) Se representante (preposto/procurador), procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, inclusive assinar a Ata de Registro de Preços, em nome da licitante e em conjunto cópia autenticada em cartório ou cópia e original para autenticação pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio do contrato social, estatuto ou ata da eleição do dirigente licitante assinante da procuração (FORA DOS ENVELOPES);

c) Se dirigente/proprietário, apresentar cópia autenticada ou cópia e original para autenticação pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante (FORA DOS ENVELOPES).

4.3 As licitantes deverão se fazer presentes na sessão pública do Pregão, no horário fixado no preâmbulo deste Edital, para:

4.3.1 O credenciamento:

4.3.2 A entrega das declarações Anexo IX (Declaração relativa a LCP123/06) e Anexo X (Declaração de cumprimento das condições de habilitação) (FORA DOS ENVELOPES).

4.4. Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada;

4.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas;

4.6. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

5 DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

5.1 Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

5.1 Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

5.1 O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

6 DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Da proposta:

6.1.1 A proposta de preços contida no Envelope nº 1 deverá, obrigatoriamente, ser apresentada em papel timbrado, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CNPJ da licitante, devendo a última ser datada e assinada pelo representante da empresa devidamente identificado. E, preferencialmente, apresentada em uma via, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e contendo endereço, telefone, fax e e-mail da licitante.

6.1.2 A proposta depois de entregue é **irretratável e irrenunciável**.

6.1.3 A proposta deve ser apresentada de acordo com o modelo constante do [Anexo III](#) deste pregão, com base nas especificações do [Anexo I e II](#), verificando-se o disposto no item 6.1

6.1.4 Sob pena de desclassificação, para cada item, deverá ser preenchida, observando-se, obrigatoriamente:

a) preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais, no campo “VALOR DA PROPOSTA”;

a.1. Efetuar a multiplicação do valor UNITÁRIO DO ITEM pela quantidade requisitada, quando cotação pelo valor TOTAL DO ITEM.

b) deverá ser indicado o serviço cotado no campo correspondente de cada item;

6.1.5 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital ou aquela cujo representante legal não se fizer presente.

6.1.6 Havendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerão os valores unitários, podendo o Pregoeiro corrigir os cálculos para efeitos de julgamento e a contratação, se for o caso.

6.1.7 Serão desclassificadas as propostas que, posteriormente a fase de lances, apresentarem valor superior ao que administração pública pretender pagar pelos materiais ou valor superior ao de mercado.

6.1.8 Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

6.1.9 A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

6.1.10 O prazo de entrega do serviço cotado não poderá ser superior ao estabelecido no Anexo I, contados da data da retirada/recebimento da Autorização de Fornecimento/Contrato.

6.1.11 O prazo de validade do serviço cotado, deverá atender ao que se acha discriminado no Anexo I – Termo de Referência e Anexo II.

6.2 Da proposta readequada:

6.2.1 A licitante vencedora do certame, deverá detalhar sua proposta, antes do encerramento da sessão, com os respectivos valores unitários e totais, representado pelo lance vencedor, para constar na Ata de Registro de Preços que deverá ser assinada pelo representante legal da empresa credenciado.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

Aberta a sessão pública do Pregão, após o credenciamento das licitantes, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente Edital e as ordenará por ordem de menor preço (**MENOR PREÇO POR ITEM**).

7.1 Participarão dos lances verbais e sucessivos o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço.

7.1.1 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

7.2 Os lances verbais e sucessivos em **R\$ (Reais)** serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

7.2.1 O Pregoeiro poderá solicitar às empresas classificadas para lances, exceto a empresa vencedora, a formalização de lances intermediários para registrar na ata, sendo obrigatória a assinatura do representante.

8 Julgamento das Propostas de Preços.

8.1 Abertas as Propostas de Preços de todas as licitantes, será examinada preliminarmente a satisfação dos pressupostos fixados nesta licitação e na legislação vigente.

8.2 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora(s) aquela(s) que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR ITEM”**.

8.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

8.4 Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital, será procedido a fase posterior – Fase de Habilitação

8.5 Para fins de julgamento das propostas de preços, será considerado empate:

a) Nas situações em que duas ou mais propostas de microempresas e empresas de pequeno porte, apresentarem o mesmo valor ou duas ou mais propostas de licitantes não enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem o mesmo valor.

b) Nas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte (que apresentarem a declaração constante do subitem [6.2.2](#) deste edital) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada não enquadrada como microempresas e empresas de pequeno porte.

8.5.1 No caso de empate, será adotado o seguinte procedimento:

8.5.2 Para as situações previstas na alínea “a” do subitem [8.5](#), a classificação será decidida por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes interessados serão convocados, sendo que a forma como se procederá ao sorteio, será definida pelo Pregoeiro, ressalvado o disposto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8666/93.

8.5.3 Para as situações previstas na alínea “b” no subitem [8.5](#) deste edital, a classificação será realizada da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem [8.5](#), alínea “b” na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.5.4 No caso de empate nos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estejam enquadradas na hipótese do subitem [8.5.3](#), alínea “a”, a primeira a apresentar oferta será decidida por sorteio a ser realizado pelo Pregoeiro.

8.5.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.7 Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao interessado ou representante da licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação estabelecida pelo pregoeiro.

8.8 É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

8.9 Os lances observarão o decréscimo mínimo de **R\$ 1,00 (um real)** do último valor ofertado.

8.9.1 A critério do Pregoeiro, o valor descrito no subitem 8.9 poderá ser aumentado para dar maior celeridade ao processo competitivo;

8.10 Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste pregão.

8.11 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na

exclusão da licitante da etapa de competição e na consideração do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.12 Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.13 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

8.14 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará:

a) A aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do Órgão licitante, decidindo a respeito;

b) O atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no pregão e seus Anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

8.15 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

8.16 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, por ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda as condições do Edital, que será declarada vencedora da licitação.

8.17 Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Apreciação dos Documentos de Habilitação

9.1.1. Os Documentos de Habilitação serão examinados pelo Pregoeiro, que julgará habilitadas as licitantes que atenderem a todos os requisitos estabelecidos para este fim, na presente licitação.

9.1.2. Será julgada inabilitada a licitante que não apresentar qualquer dos documentos exigidos, ou apresentá-lo em desacordo com as normas desta licitação.

9.2. Verificado a regularidade na proposta e na habilitação a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto, após a aceitação da proposta ajustada pelo pregoeiro (quando couber).

9.3. Os Documentos de Habilitação, em uma via, preferencialmente numerados sequencialmente e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, preferencialmente acompanhados de rol de documentos deverão ser apresentados:

- a) Em original ou;
- b) Cópia autenticada por cartório ou;
- c) Cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais na data da abertura, para conferência pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio ou;
- d) Exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial ou;
- e) Cópia autenticada pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio.

9.3.1. Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro ou membro da equipe de apoio.

9.3.2. As autenticações serão realizadas apenas aos documentos concernentes ao respectivo processo de licitação.

9.4. A documentação para fins de habilitação, a ser apresentada e inclusa no respectivo envelope (Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação) pelas licitantes, é constituída de:

9.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da eleição dos administradores ou diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.1. A apresentação do contrato social no credenciamento substitui a apresentação na habilitação, desde que em cópia autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio durante a sessão.

9.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ([Link: http://www.receita.fazenda.gov.br/Certidoes/PessoaJuridica.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/Certidoes/PessoaJuridica.htm));
- b) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - b.1. Para as empresas de outro estado que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentado prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Estado de Santa Catarina.
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente
 - c.1. Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentado prova de regularidade fiscal para com o município que se encontrar instalada esta filial.
- d) Prova de regularidade junto à Seguridade Social ([Link: http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/CND/defaultpj.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/CND/defaultpj.htm));
- e) Prova de regularidade perante o CFR-FGTS ([Link: https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp](https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp));
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ([Link: http://www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao));

Parágrafo Único: No caso dos tributos federais a empresa poderá apresentar Unificação das Certidões Negativas, conforme a Portaria nº. 358 da Secretaria de Receita Federal de 05 de setembro de 2014.

9.4.2.1. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis de acordo com a Lei, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (conforme art. 43, parágrafo 1º da Lei Complementar 123/2006), desde que tenha apresentado a Declaração.

9.4.2.1.1. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.4.3.1 – Certidão negativa de pedido de falência ou concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falências e concordatas da sede da pessoa jurídica, emitidas com a antecedência máxima de trinta dias da data limite fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso (em Santa Catarina compreende dois documentos: um do sistema SAJ e outro do sistema Eproc);

9.4.3.2 – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação, com plano de recuperação deferido e homologado judicialmente, que apresentarem certidão positiva deverão apresentar ainda certidão de aptidão financeira emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar deste procedimento licitatório nos termos das Leis 8.666/1993 e 11.101/2005.

9.4.3.3 – Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou da homologação judicial do plano de recuperação, no caso de recuperação extrajudicial.

9.4.3.4 – Os licitantes que se encontrarem em recuperação judicial ou extrajudicial devem demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira, como qualquer licitante.

9.4.5. Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal conforme [Anexo VIII](#) do Edital. A declaração deverá ser juntada aos Documentos de Habilitação – Envelope nº 2.

9.4.6. Serão aceitos documentos obtidos na internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro ou sua equipe de apoio.

9.4.7. Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.4.8. Habilitação para cadastrados no DGMS/SC – SEA/SC

Para as empresas cadastradas no DGMS/SEA - Secretaria do Estado de Administração (www.sea.sc.gov.br), a documentação a ser incluída no envelope nº 2 pelas licitantes, é constituída de: O Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF, válido na data limite fixada para apresentação dos documentos neste Pregão, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria da Administração do Estado de Santa Catarina, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação,

a) Habilitação Jurídica (mesma documentação exigida no item 9.4.1);

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista (mesma documentação exigida no item 9.4.2);

c) Trabalho de Menor;(ANEXO VIII)

d) Qualificação Econômica Financeira (mesma documentação exigida no item 9.4.3);

9.5. Sob pena de inabilitação, os documentos a que se referem o subitem deste pregão deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

- a) Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

9.6 . Caso o objeto desta licitação seja fornecido pela filial da empresa vencedora, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal de ambas;

9.7 . A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e da Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão

Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa, com o CNPJ da Matriz, em substituição ao da Filial, quando se tratar de centralização do recolhimento das respectivas contribuições.

9.8. Da Abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação

9.8.1. Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

9.8.2. Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.8.3. O envelope de habilitação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10 JULGAMENTO

10.1 Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “MENOR PREÇO POR ITEM”.

10.2 Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

10.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) que conflitem com a legislação em vigor;
- c) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no [item 6](#).
- d) a pedido da licitante, devidamente justificada, analisada e aceita pelo Pregoeiro.
- e) que o representante legal não se fizer presente a sessão.

10.4 Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

11 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação, conforme Art. 41 da Lei 8.666/93.

11.1.1 Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a licitante que não o fizer até o 2º(segundo) dia útil que anteceder a abertura do certame.

11.1.2 Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior. Sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento.

11.2 Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista dos autos.

11.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.4 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

11.5 As impugnações, recursos e contra-razões deverão ser entregues no Protocolo do **Centro de Ciências Agroveterinárias, Setor de Compras e Licitações, Av. Luiz de Camões, 2090, Bairro Conta Dinheiro, Lages/SC - CEP 88520-000 no horário das 13:00 às 19:00 horas.**

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Encerrada a fase dos lances as licitantes vencedoras deverão apresentar as propostas devidamente equalizadas, ajustadas de acordo com o preço vencedor, para compor a referida ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que deverá ser assinada pelo representante legal da empresa.

12.1.1 Havendo recusa por parte da licitante vencedora, para assinatura da Ata de Registro de Preços, o Pregoeiro registrará em ata, e, de imediato, caberá ao Órgão Gerenciador a aplicação da multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

12.2 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

12.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

12.4 A minuta da Ata de Registro de Preços – [Anexo V](#), é parte integrante deste edital.

12.5 Cancelada a Ata de registro de Preços, nenhum material será recebido, mesmo que solicitado anteriormente ao cancelamento.

12.6 Da execução da Ata de Registro de Preços:

12.6.1 A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pelo Órgão Gerenciador e Centros Participantes indicados no [Anexo VII](#).

12.6.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador e os Centros Participantes a firmar as contratações que deles podem advir.

12.6.3 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

12.6.3.1 O Órgão Gerenciador e os Centros Participantes não estão obrigados a contratar a totalidade dos quantitativos previstos na ata, podendo contratar de forma parcelada, de acordo com as suas necessidades.

12.7 Da alteração da Ata de Registro de Preços:

12.7.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.7.1.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

12.7.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos materiais, cabendo ao Órgão Gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

12.7.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador, deverá:

12.7.3.1 Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

12.7.3.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.7.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador, poderá:

12.7.4.1 Negociar os preços;

12.7.4.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

12.7.4.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.7.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá revogar a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.8 É vedado qualquer reajuste nos preços registrados, sendo permitido apenas o reequilíbrio contratual nos termos do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

13 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

13.1.1 Não retirar o respectivo Ata de Registro de Preços, autorização de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.1.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

13.1.4 Tiver presentes razões de interesse público.

13.2 O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

13.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

14 DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata, após a indicação pelo Órgão Gerenciador, será formalizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/Contrato, conforme modelo constante do [Anexo VI](#) deste Pregão, correndo às suas responsabilidades todos os direitos e deveres decorrentes da execução contratual.

14.2 Da convocação para retirada da Autorização de Fornecimento:

14.2.1 A licitante vencedora será convocada pelo Centro Participante, para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

14.2.1.1 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

14.2.1.2 Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, o órgão/entidade participante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

14.2.1.3 A Contratante poderá, a seu critério, emitir a Autorização de Fornecimento por e-mail, ficando a empresa vencedora responsável por manter o endereço eletrônico de contato, já informado na proposta como disposto no item 6.1.1, devidamente atualizado, estando assim ciente e de acordo com os termos da Autorização de Fornecimento enviada.

14.3 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou a retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta e habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.4 Da rescisão contratual

14.4.1 A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.4.2 Da rescisão contratual decorrerá o direito da Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

14.4.3 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste edital.

14.5 Dos direitos da Administração

14.5.1 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.6 A execução do Contrato

14.6.1 São partes integrantes do contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

14.6.2 Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

14.6.3 São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

14.6.4 A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

14.7 Da vigência das Autorizações de Fornecimento

14.7.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme o disposto no art. 57, Caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.8 Da alteração do Contrato

14.8.1 A relação pactuada poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.8.1.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.9 Do material adquirido:

14.9.1 A fiscalização, aceitação e rejeição do material adquirido, pelo órgão Contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

15 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento do Centros indicados no [Anexo VII](#).

DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

15.2 As despesas resultantes do presente Pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

15.2.1 Em sendo vencedora licitante catarinense, para a emissão da nota fiscal, será observado o valor cotado sem a incidência do ICMS, observado o subitem [2.2](#).

15.2.2 O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

15.3 O pagamento será:

15.3.1 Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.891.283/0001-36, devendo constar também o número da licitação, da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato e da Nota Empenho entregue quando da assinatura do contrato, acompanhado da liberação do(s) Gestor(es) de Execução do Contrato

15.3.1.1 Para a emissão, a nota fiscal deverá atender obrigatoriamente aos dispositivos legais vigentes.

15.3.2 Liberado mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos para com FGTS, INSS e para com as Fazendas Municipal, Federal, de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho e Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediado a licitante vencedora, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto nº 3.884, de 26 de agosto de 1993.

15.3.3 Realizado por intermédio do Banco do Brasil, até o trigésimo dia do mês subsequente a aquisição, contados da data de entrega e aceite dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura.

15.4 Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual, e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16 DAS SANÇÕES:

16.1 As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do serviço ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do serviço, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre o valor do quantitativo não entregue;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Impedimento:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

16.2 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

16.3 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

16.5 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestadas por meio de e-mail: clico.cav@udesc.br ou, no seguinte endereço: Centro de Ciências Agrovetinárias – CAV/UDESC, Av. Luiz de Camões, 2090, Bairro Conta Dinheiro, Lages - SC, CEP- 88520-000, no horário das 13:00 às 19:00, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para abertura da sessão.

17.1.1 A solicitação de vistas ao processo licitatório deverá ser requerida, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade competente por meio de e-mail: compras@cav.udesc.br ou, no protocolo do Centro de Ciências Agrovetinárias – CAV/UDESC.

17.1.1.1 A Administração comunicará à requerente, por e-mail, a data e horário agendado para realizar vistas ao processo licitatório.

17.1.2 O fornecimento de cópias obedecerá ao seguinte:

17.1.2.1 Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://www.udesc.br>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br>, ou ainda na Coordenadoria de Licitações e Compras, no endereço e horários mencionados no subitem 17.1, mediante o recolhimento de taxa no valor de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, por intermédio do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE – SC (www.sef.sc.gov.br), código da receita 5703, obedecendo o horário bancário.

17.1.2.1.1 A Administração se reserva o direito de fornecer as cópias requeridas no prazo de até dois dias úteis, após a comprovação do recolhimento do valor correspondente.

17.1.2.1.2 A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

17.1.2.2 Cópia do respectivo processo licitatório poderá ser obtida pelos interessados, mediante requerimento escrito dirigido à Coordenadoria de Licitações e Compras, por meio de e-mail: clico.cav@udesc.br ou no protocolo do Centro de Ciências Agroveterinárias.

17.2 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.2.1 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2.2 Na ocorrência de vícios sanáveis poderá o pregoeiro tomar as providências cabíveis para solução dos mesmos. Serão considerados como vícios sanáveis às falhas irrelevantes cometidas pelos licitantes em relação a documentos e propostas apresentadas, assim consideradas as que não digam respeito à exigência de natureza material, ou as de cunho formal que sejam reputadas indispensáveis para a adequada avaliação da pessoa do licitante ou da sua proposta.

17.2.3 Estando o representante legal da licitante presente, poderão ser saneados os vícios em momento oportuno durante a sessão.

17.3 A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

17.3.1 Na entrega, após a contratação, poderá ser feita comprovação dos critérios de avaliação da amostra aprovada, aleatoriamente e por amostragem.

17.4 Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

17.5 Conforme estabelecido pelo Decreto Estadual N.º 2.762, de 15 de dezembro de 2009 em seu artigo 9º.º4º, o credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil S/A ou em instituições financeiras autorizadas poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias devidas da operação.

17.6 A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.7 O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pelo CAV/UDESC, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos Adicionais.

17.7.1 Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site www.portaldecompras.sc.gov.br, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

17.8 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.9 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, ____ de _____ de 2019.

Clóvis Eliseu Gewehr
Diretor Geral CAV/UDESC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de gases engarrafados e cilindros para o CAV/UDESC, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1 – LOCAL, PRAZOS, GARANTIAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 1.1 Local** – Os produtos serão entregues pelo Contratado, conforme a necessidade e mediante emissão de Autorização de Fornecimento – AF – do Centro de Ciências Agroverinárias – CAV/UDESC, no local especificado abaixo:

CAMPUS III – LAGES:

CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS- CAV/UDESC:

Av. Luiz de Camões, 2090, Conta Dinheiro, Lages/SC, CEP 88520-000.

O **prazo de entrega** dos produtos não poderá ser superior a 20 (vinte) dias corridos, contados da data da AF emitida pelo Centro Contratante, podendo ser prorrogado por igual prazo mediante justificativa devidamente apresentada com antecedência e aceita pela Contratante.

- 1.1.1** Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, código quando este constar na especificação, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.
- 1.1.2** Para efeitos de garantia, será suficiente o CAV/UDESC a apresentação de cópia da Nota Fiscal ou cópia do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica - DANFE.
- 1.1.3** A incidência de problemas em mais de 20% (vinte por cento) dos produtos durante o período de garantia será considerado baixa qualidade, e será solicitada a substituição de todos os produtos.
- 1.1.4** Um problema só poderá ser considerado de mal uso se tiver baixa incidência, do contrário será considerado baixa qualidade do dispositivo e deverá ser atendido em garantia.
- 1.1.5** O contratado, através dos fabricantes ou importadores, deverá assegurar a oferta de componentes e peças de reposição originais enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período nunca inferior à vida útil do produto.
- 1.2** A **assistência técnica** dos produtos poderá ser prestada pelo próprio fabricante, revendedor, ou por meio de empresa de assistência técnica e manutenção, todas oficialmente credenciadas junto ao fabricante para prestar tal serviço.
- 1.3** A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, técnicos, subcontratada ou quaisquer outros.
- 1.4** A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do produto, proceder a análise técnica e de qualidade do mesmo, através de Parecer Técnico realizado diretamente ou por intermédio de terceiros.
- 1.4.1** Caso o Parecer Técnico rejeite o produto analisado este deverá ser substituído imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante.
- 1.5** A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação dos produtos ofertados, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade

destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o(s) produto(s) em que se verificar (em) vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, respondendo por todos os custos.

- 1.6 O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no Art. 18 da Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 1.7 A contratada deverá comunicar o solicitante a data de entrega do produto, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

2 LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES:

- 2.1 Locais – Os produtos serão entregues pelo(s) Contratado(s), conforme a necessidade e mediante Autorização de Fornecimento – AF - do Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV/UDESC, no local especificado no item 1.1 acima e no horário estipulado na Autorização de Fornecimento.
- 2.2 O prazo especificado no item 1.1 acima para entrega dos produtos passa a contar a partir da data da convocação do fornecedor ou da data em que o fornecedor receber a AF, caso esta seja encaminhada por e-mail, conforme dispõe o item 14.2.1.3.

3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 3.1 Na emissão das Notas Fiscais e DANFES só poderão ser agrupados na mesma nota os itens que possuírem o mesmo detalhamento orçamentário, constante na planilha de especificações e forem oriundos de uma mesma Autorização de Fornecimento.
- 3.2 A contratada não poderá emitir uma única nota fiscal para itens que se encontrem em Autorizações de Fornecimento diferentes.
- 3.3 Na emissão das Notas Fiscais e DANFES deverá ser informado o número do empenho, sob pena de ter que substituir/corrigir a NF.
- 3.4 Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, INMETRO, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR e NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO vigentes relativas ao objeto desta Licitação
- 3.5 Entregar documentação comprobatória da Contratação e habilitação do Contratado e/ou do profissional responsável indicado pela empresa, sempre que solicitado pela Contratante, no decorrer da vigência da AF.
- 3.5 Quando da conferência dos materiais ou equipamentos pelo responsável técnico juntamente com o fiscal do contrato, os materiais ou equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações serão devolvidos, com a Nota Fiscal e DANFES respectivos, e a contratada será notificada para que efetive a troca dos materiais ou equipamentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4 DO PRAZO DE PAGAMENTO

- 4.1 **Prazo de pagamento** - O pagamento correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da contratante, até o trigésimo dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e será efetuado através de Ordem Bancária, através do Banco do Brasil, à contratada, em conta bancária por ela indicada no momento da emissão de sua Proposta de Preços.

3. DA ESTIMATIVA DE RECURSOS

O valor estimado para atender a referida despesa é de R\$ 173.369,59.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para cobrir as despesas decorrentes do referido processo de licitação estão consignados, nos elementos orçamentários de acordo com o quadro a seguir:

Projeto/atividade	Elemento de despesa	Fonte
11038/3201/3176	339030	100/240/640/300/265/226.

5. VIGÊNCIA

O prazo de validade da ATA de Registro/Contrato será de 12(doze) meses, a contar da data de assinatura.

Diretor Geral do CAV/UDESC

Clóvis Eliseu Gewehr

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019

ANEXO II - Quadro de Quantitativo e Especificação Mínima dos Itens

Objeto: Aquisição de gases engarrafados e cilindros para o CAV/UDESC, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Observações: 1. Os memoriais dos itens dos materiais constante deste anexo se referem a descrições necessárias. Qualquer proposta que não se encontre nas descrições próximas de cada item deverá ser apresentada como alternativa, não cabendo obrigatoriamente o seu aceite;

2. As propostas deverão ser apresentadas de acordo com este Anexo e o Anexo III e observados os preços máximos conforme relação.

3. A planilha referente aos Preços máximos e especificações será publicada a parte.

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019

Modelo de Proposta de Preços ILUSTRATIVA

Este anexo é meramente ilustrativo, e não contempla todos os requisitos formais constantes no Anexo I deste edital.

À Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

ITENS	QUANT	ESPECIFICAÇÃO (obrigatoriamente com marca e sempre que possível com modelo)	Valor Unitário	Valor Total
-------	-------	---	----------------	-------------

1 Valor Líquido: **Valor com isenção** de ICMS (O julgamento será pelo valor líquido), para as empresa que

gozam do benefício.

2 Caso a empresa conforme o regulamento do ICMS/SC possua esta isenção o valor do tributo deverá ser deduzido do total, do contrário deverá ser mantido.

A isenção tributária não se aplica:

1. Às compras de materiais efetuadas em empresas cadastradas no SIMPLES NACIONAL;
2. Às compras de materiais efetuadas em empresas de outros Estados;
3. Às aquisições de materiais sujeitos ao regime de SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme decreto nº 3.174, de 15 de abril de 2010, que introduz as alterações 2.294 a 2.307 no RICMS/SC-01.

Validade da Proposta:/...../..... Dados da Licitante Razão Social/Nome: Endereço: CEP::..... Município: Estado: ...	CNPJ/CPF/MF: Fone: () Fax: () E-Mail: Banco: Agência: COM DÍGITO..... Conta: COM DÍGITO..... Representante: Fone: () Fax: () Local e data: <p align="center">Assinatura/Carimbo</p>
Obs.: Preenchimento obrigatório, sob pena de não realização do empenho.	

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES:

Envelope 01

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS – CAV/UDESC
PREGÃO 1615/2019
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ
FONE / FAX / E-MAIL
[ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO]
PROPOSTA DE PREÇOS, ENVELOPE nº 1**

Envelope 02

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS – CAV/UDESC
PREGÃO 1615/2019
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ
FONE / FAX / E-MAIL
[ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO]
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ENVELOPE nº 2**

ANEXO V

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Madre Benvenuta 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC - CEP 88035-001, inscrita no CNPJ sob nº 83.891.283/0001-36, doravante denominado Órgão Gerenciador, neste ato representado pelo seu Reitor, Antonio Heronaldo de Sousa, portador do CPF nº 467.577.244-72, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 1615/2019, para Registro de Preços, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresas com preços mais vantajosos, por item, sujeitando-se as partes ao edital de Pregão Presencial nº 1615/2019, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

ITEM 01 – Quantidade: (.....) - (descrição detalhada) – código, ao preço unitário de R\$

Empresa:, neste ato representada por seu, Sr., portador do CPF nº, documento de identidade nº e, doravante, denominada FORNECEDORA.

ITEM 02 – (...)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos materiais especificados no **Anexo II**, do Edital de Pregão Presencial nº 1615/2019, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Parágrafo Único – São centros participantes desta Ata, aqueles descritos no [Anexo VII](#), do Edital de Pregão Presencial nº 1615/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Parágrafo Único – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os materiais cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Contratos

Para consecução do(s) fornecimento(s) do(s) material(is) registrado(s) nesta Ata, serão celebrados contratos específicos entre a(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) – FORNECEDOR(AS) e o(s) centro(s) enunciado(s) no **Anexo VII**, do Pregão Presencial nº 1615/2019 – CENTRO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA QUARTA – São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do Pregão Presencial nº 1615/2019, seus Anexos e a proposta da FORNECEDORA.

CLÁUSULA QUINTA – Da alteração da Ata de Registro de Preços

§ 1º – A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

§ 3º – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do fornecimento dos materiais registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

§ 4º – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador, deverá:

a) Convocar o fornecedor visando negociar a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 5º – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador, poderá:

a) Negociar os preços;

b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 6º – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações

§ 1º – Obriga-se a FORNECEDORA:

a) atender todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item, observado o disposto na Cláusula Quarta;

b) ao fornecimento do objeto deste Registro de Preços, de acordo com as especificações constantes nos Anexos I e II do Edital do Pregão Presencial nº 1615/2019, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

c) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do serviço fornecido, assim como amostra para análise pela contratante, sem qualquer ônus adicional;

d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata;

e) manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Pregão Presencial nº 1615/2019;

f) a estender aos contratos objeto desta Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

g) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

- h)** responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;
- i)** responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do serviço objeto do Pregão Presencial nº 1615/2019;
- j)** a prestar garantia e assistência técnica nos termos e prazos estabelecidos no Edital do Pregão Presencial nº 1615/2019.

§ 2º – Obriga-se o Órgão Gerenciador:

- a)** a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, incluindo o controle efetivo do saldo quantitativo dos itens registrados;
- b)** gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades do(s) Centro(s) Participante(s), obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
- c)** conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- d)** prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA com relação a Ata de Registro de Preços.

§ 3º – Obrigam-se o(s) Centro(s) Participante(s):

- a)** tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- b)** indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, compete:
 - b.1)** promover consulta prévia junto ao Órgão Gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
 - b.2)** assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;
 - b.3)** zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o Órgão Gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
 - b.4)** informar ao Órgão Gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar Contrato para fornecimento dos materiais.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Cancelamento do Registro de Preços

§ 1º – O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** não retirar o respectivo Contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- b)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

d) tiver presentes razões de interesse público.

§ 2º – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

§ 3º – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador e os Centros Participantes a firmarem as contratações que deles podem advir.

CLÁUSULA NONA – Fica estabelecido neste instrumento que a assinatura desta ata de registro de preços

supre a necessidade das assinaturas nas respectivas autorizações de fornecimento que dela podem advir.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo senhor, Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº, representando o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **CENTROS PARTICIPANTES**, e pelos representantes da(s) Empresa(s) Registrada(s), abaixo identificados.

Florianópolis/SC, emde 2019.

Prof. MARCUS TOMASI
Reitor da Fundação Universidade
do Estado de Santa Catarina
CPF 404.294.820-00

Empresa:
Responsável:
CPF nº :

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL nº 1615/2019
MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/CONTRATO

Autorização de Fornecimento vinculada a Ata de Registro de Preços e ao Edital de Pregão Presencial nº 1615/2019

Autorização de Fornecimento nº-2019

Fornecedor:				Endereço:																		
CNPJ/MF:				Bairro:		CEP:																
Banco:		Agência:		Conta:		Município: UF:		Telefone/FAX:														
				e-mail:																		
ITEM	Descrição do Serviço	Unidade	Prazo de Entrega	Prazo de Pagamento	Quantidade	Preço (R\$)	Desconto (R\$)	Preço Total (R\$)														
01																						
02																						
FRETE CIF (R\$):					TO																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>ATENÇÃO – EMITIR NOTA FISCAL EM DE</th> <th>UNID. ORÇAME</th> <th>SUB-AÇÃO</th> <th>NATUREZA</th> <th>FONTE</th> <th>Quantidade</th> <th>Valor (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – CNPJ: 83.891.283/0001-36</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>									ATENÇÃO – EMITIR NOTA FISCAL EM DE	UNID. ORÇAME	SUB-AÇÃO	NATUREZA	FONTE	Quantidade	Valor (R\$)	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – CNPJ: 83.891.283/0001-36						
ATENÇÃO – EMITIR NOTA FISCAL EM DE	UNID. ORÇAME	SUB-AÇÃO	NATUREZA	FONTE	Quantidade	Valor (R\$)																
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – CNPJ: 83.891.283/0001-36																						
Local de entrega dos materiais: Gestor do Contrato - XXXXXXXX, das 13:00 as 18:00 horas de segunda a sexta-feira																						
Vigência da AF:																						
ATENÇÃO: 1) Frete – CIF 2) para efeitos de pagamento, apresentar: Nota Fiscal; CND do Estado de Santa Catarina e do Estado do fornecedor; CND municipal; CND da União; INSS e FGTS; 3) advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória e/ou na execução do contrato estarão sujeitas às sanções previstas; 4) são partes integrantes desta Autorização de Fornecimento, como se transcritos estivessem, o edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.																						
Florianópolis,																						

Assinatura do Ordenador Primário

CONTRATADA

(Nome, cargo e assinatura/Razão Social da empresa)

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019****RELAÇÃO DOS CENTROS PARTICIPANTES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Centro Participante	Projeto/atividade	Elemento de despesa	Fonte
CAV	11038/3201/3176	339030	100/240/640/300/265/22 6.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019

DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da empresa

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019

**DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO NA MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa....., CNPJ, está enquadrada na categoria.....(Pequeno Porte ou Microempresa), conforme determinações estabelecidas na lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências e alterações posteriores.

Local e data,

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: PODE SER APRESENTADA A PRESENTE DECLARAÇÃO OU COMPROVAÇÃO DO
ENQUADRAMENTO EMITIDO PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.**

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1615/2019

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CGC/CNPJ:

ENDEREÇO:

Declaramos para efeitos do atendimento do Edital de Pregão nº 1615/2019, instaurado pela Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e data,

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA**

Item:	1			
Especificação:	CILINDRO DE ACO, PARA GAS, CARGA DE GÁS HELIO, para cromatografia gasosa, com pureza mínima de 99,999% (5.0), pressão de trabalho de 300-980 Kpa. Para volume mínimo de 8,5m3. 190 Bar. Completo para recarga e uso			
Unidade:	PECA	Ciasc:	06625-7-009	Grupo: 25 Classe: 3
Natureza Despesa:	44905228 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA IND			
Quantidade:	2			
Valor Máximo. R\$:	2.325,00	4.650,00		
Centros:	CAV = 2			
Item:	2			
Especificação:	CILINDRO DE ACO, PARA GAS, OXIGENIO, , Grau de pureza mínima 99,9999% (6.0) . para abastecer cilindro com volume de 10 m3. Completo para recarga e uso.			
Unidade:	PECA	Ciasc:	06625-7-009	Grupo: 25 Classe: 3
Natureza Despesa:	44905228 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA IND			
Quantidade:	2			
Valor Máximo. R\$:	2.290,00	4.580,00		
Centros:	CAV = 2			
Item:	3			
Especificação:	CILINDRO DE ACO, PARA GAS, CILINDRO DE ALTA PRESSÃO PARA ACETILENO 9KG CAPACIDADE (KG): 9 KG COR PADRÃO ABNT: BORDÔ MATERIAL: AÇO ESSE CILINDRO ACOMPANHA O CAPACETE. OS CILINDROS DEVEM SER PRODUZIDOS E TESTADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT,			
Unidade:	PECA	Ciasc:	06625-7-009	Grupo: 25 Classe: 3
Natureza Despesa:	44905228 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA IND			
Quantidade:	2			
Valor Máximo. R\$:	1.663,10	3.326,20		
Centros:	CAV = 2			
Item:	4			
Especificação:	CILINDRO DE NITROGENIO, EM RACKS, CONTAINER CILINDRICO DE ARMAZENAMENTO DE NITROGÊNIO LIQUIDO EM RACKS, com as seguintes características, construído em alumínio e isolado a vácuo, capacidade: 35 a 50 litros, taxa de evaporação estática: 0,40 litros / dia ou menor, duração de trabalho normal 59 dias (mínimo), Capacidade de armazenamento de pelo menos 750 Criotubos de 2 ml em racks tipo caixa. Itens inclusos: racks em aço inox de 5 andares (para crioboxes com 25 posições de 2 ml), tampa de vedação.			
Unidade:	PECA	Ciasc:	05019-9-003	Grupo: 25 Classe: 3
Natureza Despesa:	44905228 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA IND			
Quantidade:	1			
Valor Máximo. R\$:	13.546,01	13.546,01		
Centros:	CAV = 1			
Item:	5			
Especificação:	CARGA DE GAS, ACETILENO, CARGA DE GAS, ACETILENO, TIPO AA (Absorção Atômica), com grau de pureza mínima de 99,8% (2.8) - preferencialmente para cilindro de 9 kg. Para o CAV/UEDESC			
Unidade:	KG	Ciasc:	00420-0-008	Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO			
Quantidade:	126			
Valor Máximo. R\$:	88,64	11.168,64		
Centros:	CAV = 126			
Item:	6			
Especificação:	CARGA DE GAS, ACETILENO, Acetileno - Absorção Atômica, com fornecimento do cilindro em regime de			

	comodato			
Unidade:	KG	Ciasc:	00420-0-008	Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO			
Quantidade:	18			
Valor Máximo. R\$:	80,46	1.448,28		
Centros:	CAV = 18			
Item:	7			
Especificação:	CARGA DE GAS, ACETILENO, CARGA DE GAS, ACETILENO, TIPO AA (Absorção Atômica), com grau de pureza mínima de 99,8% (2.8) - preferencialmente para cilindro de 9 kg. Para o CAV/UDESC			
Unidade:	KG	Ciasc:	00420-0-008	Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO			
Quantidade:	36			
Valor Máximo. R\$:	88,64	3.191,04		
Centros:	CAV = 36			
Item:	8			
Especificação:	CARGA DE GAS, ARGONIO, , comercial, com pureza garantida de 99,9%. (3.0) . Preferencialmente para abastecer cilindros de volume de 6,4 m3. 150 BAR. cilindros em regime de comodato. Para CAV/UDESC			
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-066	Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO			
Quantidade:	128			
Valor Máximo. R\$:	70,30	8.998,40		
Centros:	CAV = 128			
Item:	9			
Especificação:	CARGA DE GAS, ARGONIO, Gás argônio, pureza mínima de 99,999%, com fornecimento do cilindro em regime de comodato			
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-066	Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO			
Quantidade:	20			
Valor Máximo. R\$:	113,00	2.260,00		
Centros:	CAV = 20			
Item:	10			
Especificação:	CARGA DE GAS, ARGONIO,PUREZA MINIMA 99,9995%, (5.5). Tipo AA (absorção atômica), preferencialmente para abastecer cilindros de volume de 10 m3. 200 BAR. Cilindro em regime de comodato.Para o CAV/UDESC			
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-011	Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO			
Quantidade:	30			
Valor Máximo. R\$:	102,00	3.060,00		
Centros:	CAV = 30			
Item:	11			
Especificação:	CARGA DE GAS, DIOXIDO DE CARBONO, (CO2). EM QUILO. Para abastecer preferencialmente cilindros com 25,0 kg (com entregas semanais, de acordo com as demandas) unidade kg			
Unidade:	KG	Ciasc:	00420-0-064	Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO			
Quantidade:	361			
Valor Máximo. R\$:	8,46	3.054,06		
Centros:	CAV = 361			
Item:	12			
Especificação:	CARGA DE GAS, HELIO, CARGA DE GAS, HELIO, para cromatografia gasosa, com pureza mínima de 99,999% (5.0), pressão de trabalho de 300-980 Kpa. Para abastecer preferencialmente cilindros de volume de 8,5m3. 190 Bar. Cilindro em regime de comodato. Para CAV			

Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-012	Grupo:	36	Classe:	1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO						
Quantidade:	60						
Valor Máximo. R\$:	212,50	12.750,00					
Centros:	CAV = 60						
Item:	13						
Especificação:	CARGA DE GAS, HELIO, Hélio, pureza mínima de 99,999%, com fornecimento do cilindro em regime de comodato						
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-012	Grupo:	36	Classe:	1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO						
Quantidade:	17						
Valor Máximo. R\$:	166,51	2.830,67					
Centros:	CAV = 17						
Item:	14						
Especificação:	CARGA DE GAS, HELIO, CARGA DE GAS, HELIO, para cromatografia gasosa, com pureza mínima de 99,999% (5.0), pressão de trabalho de 300-980 Kpa. Para abastecer preferencialmente cilindros de volume de 8,5m3. 190 Bar. Para CAV						
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-012	Grupo:	36	Classe:	1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO						
Quantidade:	34						
Valor Máximo. R\$:	193,33	6.573,22					
Centros:	CAV = 34						
Item:	15						
Especificação:	CARGA DE GAS, HIDROGENIO, para cromatografia gasosa, com pureza mínima de 99,999%. (5.0) , pressão de trabalho 300 -500 kPa .Para abastecer preferencialmente cilindros com volume de 7,2m3.Para o CAV/UDESC						
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-013	Grupo:	36	Classe:	1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO						
Quantidade:	30						
Valor Máximo. R\$:	84,09	2.522,70					
Centros:	CAV = 30						
Item:	16						
Especificação:	CARGA DE GAS, MISTURA DE GASES CO2/AR, Para abastecer preferencialmente cilindros com volume de 6 metros cúbicos						
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-007	Grupo:	36	Classe:	1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO						
Quantidade:	5						
Valor Máximo. R\$:	20,75	103,75					
Centros:	CAV = 5						
Item:	17						
Especificação:	CARGA DE GAS, NITROGENIO, ANALITICO 5.0, com grau de pureza mínima 99,999%,(5.0) Pressão trabalho de 300-980kPa. Para abastecer preferencialmente cilindros com volume de 9,0 m³. Para o CAV/UDESC						
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-014	Grupo:	36	Classe:	1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO						
Quantidade:	135						
Valor Máximo. R\$:	83,96	11.334,60					
Centros:	CAV = 135						
Item:	18						
Especificação:	CARGA DE GAS, NITROGENIO, , Para abastecer preferencialmente cilindros com volume de 6,6m³.						
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-014	Grupo:	36	Classe:	1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO						

Quantidade:	99		
Valor Máximo. R\$:	19,16	1.896,84	
Centros:	CAV = 99		
Item:	19		
Especificação:	CARGA DE GAS, OXIDO NITROSO, , TIPO AA, (Absorção Atômica), com grau de pureza mínima de 99,5%. (2.5), grau de pureza AA, Para abastecer preferencialmente cilindros com volume de 32 Kg. Para o CAV/UDESC		
Unidade:	KG	Ciasc:	00420-0-015 Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO		
Quantidade:	128		
Valor Máximo. R\$:	55,36	7.086,08	
Centros:	CAV = 128		
Item:	20		
Especificação:	CARGA DE GAS, OXIGENIO, , com pureza mínima 99,99% . (4.0). Preferencialmente para abastecer cilindros com volume de 10 m3. Cilindro em regime de comodato. Para o CAV/UDESC		
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-017 Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO		
Quantidade:	50		
Valor Máximo. R\$:	70,33	3.516,50	
Centros:	CAV = 50		
Item:	21		
Especificação:	CARGA DE GAS, OXIGENIO, , Grau de pureza mínima 99,9999% (6.0) . preferencialmente para abastecer cilindro com volume de 10 m3. Cilindro em regime de comodato. Para o CAV/UDESC		
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-017 Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO		
Quantidade:	40		
Valor Máximo. R\$:	141,60	5.664,00	
Centros:	CAV = 40		
Item:	22		
Especificação:	CARGA DE GAS, OXIGENIO, Grau de pureza mínima 99,9999% (6.0) . preferencialmente para abastecer cilindro com volume de 10 m3.		
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-017 Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO		
Quantidade:	80		
Valor Máximo. R\$:	141,60	11.328,00	
Centros:	CAV = 80		
Item:	23		
Especificação:	CARGA DE GAS, RECARGA DE GAS AR SINTETICO, para cromatografia gasosa, com pureza mínima de 99,999%,(5.0) . Pressão trabalho de 300-500k Pa. Para abastecer preferencialmente cilindros com volume de 9,6m3.Para o CAV/UDESC		
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-065 Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO		
Quantidade:	30		
Valor Máximo. R\$:	65,17	1.955,10	
Centros:	CAV = 30		
Item:	24		
Especificação:	CARGA DE GAS, RECARGA DE GAS AR SINTETICO, Ar sintético, pureza mínima de 99,999%, com fornecimento do cilindro em regime de comodato		
Unidade:	MET 3	Ciasc:	00420-0-065 Grupo: 36 Classe: 1
Natureza Despesa:	33903004 - GAS ENGARRAFADO		
Quantidade:	50		

Valor Máximo. R\$:

39,11	1.955,50
-------	----------

Centros:

CAV = 50

Item:

25

Especificação: NITROGENIO, LIQUIDO, EM LITRO> Para conservação de sêmem, (com entregas semanais, de acordo com as demandas).

Unidade:

LITRO

 Ciasc:

00232-1-002

 Grupo:

36

 Classe:

1

Natureza Despesa: 33903004 - GAS ENGARRAFADO

Quantidade:

2800

Valor Máximo. R\$:

10,00	28.000,00
-------	-----------

Centros:

CAV = 2800

Item:

26

Especificação: GASES MEDICINAIS, OXIGENIO MEDICINAL, Recarga para cilindro de oxigênio medicinal em metros cúbicos. Gás incolor e inodoro. Volume aproximado de 99,5% de Oxigênio. Com fornecimento na forma de comodato de 06 (seis) cilindros preferencialmente de 6,5m³ e 2(dois) cilindros preferencialmente de 3,0m³. para reposição dos mesmos no Hospital de Clínica Veterinária durante o período do contrato.

Unidade:

MET 3

 Ciasc:

00990-3-017

 Grupo:

66

 Classe:

20

Natureza Despesa: 33903036 - MATERIAL HOSPITALAR

Quantidade:

1000

Valor Máximo. R\$:

16,57	16.570,00
-------	-----------

Centros:

CAV = 1000
